

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 19, DE 23 DE JANEIRO DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo SEI nº 0001438-03.2018.6.03.8000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá relativo ao terceiro quadrimestre de 2018, nos termos dos Anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MANOEL BRITO

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.622.012,73	2.680.585,34	2.710.450,45	2.746.495,81	2.683.221,98	2.829.320,18	2.715.036,88	2.762.373,05	2.903.573,82	4.685.435,11	4.976.173,54	7.799.213,34	43.113.892,23	325.274,75
Pessoal Ativo	3.420.866,82	2.546.488,08	2.576.353,19	2.612.398,55	2.549.124,72	2.686.775,96	2.564.146,32	2.611.482,49	2.742.036,93	4.548.309,33	4.763.534,36	7.627.454,79	41.248.971,54	325.274,75
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.063.117,11	2.186.243,33	2.215.837,62	2.249.060,90	2.187.782,83	2.315.461,83	2.198.520,36	2.251.646,59	2.381.097,65	4.184.978,62	4.022.738,06	7.251.530,54	36.508.015,44	325.274,75
Obrigações Patronais	357.749,71	360.244,75	360.515,57	363.337,65	361.341,89	371.314,13	365.625,96	359.835,90	360.939,28	363.330,71	740.796,30	375.924,25	4.740.956,10	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	201.145,91	134.097,26	134.097,26	134.097,26	134.097,26	142.544,22	150.890,56	150.890,56	161.536,89	137.125,78	212.639,18	171.758,55	1.864.920,69	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	180.759,37	120.506,24	120.506,24	120.506,24	120.506,24	128.953,20	137.299,54	137.299,54	137.299,54	123.534,75	191.912,06	131.402,55	1.650.485,51	-
Pensões	20.386,54	13.591,02	13.591,02	13.591,02	13.591,02	13.591,02	13.591,02	13.591,02	24.237,35	13.591,03	20.727,12	40.356,00	214.435,18	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	201.145,91	134.097,26	136.876,22	134.097,26	134.097,26	156.634,75	150.890,56	165.394,73	300.817,63	148.534,71	162.430,00	3.451.812,69	5.276.828,98	-
Indenizações por De- missão e Incentivos à Demis- são Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores, de período anterior ao da apuração	-	-	2.778,96	-	-	14.090,53	-	14.504,17	139.280,74	11.408,93	22.372,72	3.386.724,91	3.591.160,96	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	201.145,91	134.097,26	134.097,26	134.097,26	134.097,26	142.544,22	150.890,56	150.890,56	161.536,89	137.125,78	140.057,28	65.087,78	1.685.668,02	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.420.866,82	2.546.488,08	2.573.574,23	2.612.398,55	2.549.124,72	2.672.685,43	2.564.146,32	2.596.978,32	2.602.756,19	4.536.900,40	4.813.743,54	4.347.400,65	37.837.063,25	325.274,75
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					VALOR							% SOBRE A RCL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					805.348.403.466,57							-		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)					38.162.338,00							0,004739		
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)					62.978.245,15							0,007820		
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)					59.829.332,89							0,007429		
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)					56.680.420,64							0,007038		

FONTE: Sistema SIAFI, SECON/COF/SAO, 23/jan/2019, 18h e 02m

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 50, de 23 de janeiro de 2019.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
EMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018
R\$ 1.00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	43.439.166,98
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	5.276.828,98
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	38.162.338,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				805.348.403.466,57	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,004739%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,007843%	63.163.475,28
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº478, de 26 de setembro de 2005	0,007835%	63.099.047,41
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,007820%	62.978.245,15
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018
RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a") R\$1.00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f)=(a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	(d)	(e)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	4.936,30	-	4.936,30	-	-	-	-
Recursos destinados ao RPPS	4.936,30	-	4.936,30	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	4.936,30	-	4.936,30	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	-	-	-	-	-	-	-
0144 - Títulos de Respons. Tesouro - Outras Aplicações	-	-	-	-	-	-	-
0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-
Outras destinações vinculadas de recursos	-	-	-	-	-	-	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	-	-	-	-	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	-	-	-
0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	810.179,74	938,02	35.370,06	-	-	773.871,66	773.871,66
Recursos Ordinários	810.179,74	938,02	35.370,06	-	-	773.871,66	773.871,66
0100 - Recursos Ordinários	810.179,74	938,02	35.370,06	-	-	773.871,66	773.871,66
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	815.116,04	938,02	40.306,36	-	-	773.871,66	773.871,66

FONTE: Sistema SIAFI, SECON/COF/SAO, 23/jan/2019, 18h e 02m

Notas:

- 1.O modelo estabelecido na 8ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.
- 2.Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
- 3.A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.
- 4.Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R\$ 488.047,73.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018
LRF, art. 48 - Anexo 6 R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	805.348.403.466,57

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	38.162.338,00	0,004739
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	62.978.245,15	0,007820
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	59.829.332,89	0,007429
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	56.680.420,64	0,007038



RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	773.871,66	773.871,66

FONTE: Sistema SIAFI, SECON/COF/SAO, 23/jan/2019, 18h e 02m
DES. MANOEL BRITO
Presidente
ANA BELA DE OLIVEIRA BARBOSA
Diretora-Geral
MARCELLE FERREIRA SOUZA
Secretária de Administração e Orçamento E/E
MARIA FARIAS DE ALMEIDA
Coordenador de Controle Interno e Auditoria E/E

